



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – 24 de março de 2022 –

Local: Auditório da Secretaria de Assistência Social

Data: 24 de março de 2022

Horário: 8h59

1 Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, ocorreu, presencialmente,
2 a sessão plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Londrina
3 – CMDCA. A lista dos presentes encontra-se anexa e foram justificadas as ausências dos
4 conselheiros Alexandre Alberto Trannin, Fernando Catrochio e Giselle Correia. Presidente
5 inicia retomando sobre a última reunião extraordinária sobre o julgamento de condutas de
6 Conselho Tutelar, onde o quórum foi difícil de qualificar, devido a muitos conselheiros de
7 direito não terem comparecido, que houve a necessidade de ligarem para os conselheiros
8 comparecerem com urgência. Presidente pede inversão de pauta incluindo como primeiro
9 ponto o relato da Diretoria. Aprovada a inversão, seguindo com os trabalhos. 1) Deliberação
10 da pauta; 2) Relatos da Diretoria; 3) Pesquisa UNESPAR/Uel; 4) Relatos das Comissões; 5)
11 Informes. A Conselheira Josiani Nogueira retoma um ponto da reunião anterior sobre o
12 projeto do Núcleo Espírita Irmã Sheila e Lar Anália Franco que deveria ter sido enviado ao e-
13 mail dos conselheiros, “secretário executivo” não recorda se foi enviado, assim fica definido
14 que a secretaria executiva irá verificar, e caso não tenha sido enviado irá enviar. Antes de
15 iniciar o segundo ponto de pauta já estavam quinze conselheiros presentes. **Segundo ponto**
16 **de pauta – relato da mesa diretora:** Conselheira Denise inicia o relato da Diretoria informando
17 sobre o formato do relato, que caso haja necessidade de ajustar isso será feito, apresenta
18 primeiro o fluxograma de documentos dentro do CMDCA, para que todos os conselheiros
19 possam ter a informação de como os trâmites de documentos funcionam no CMDCA (Anexo I
20 – Fluxo de trabalho). Denise Caldeirão inicia o relato dos assuntos relevantes e providências
21 conduzidas pela mesa diretora (Anexo II – Providências da Mesa Diretora). Martinha solicita
22 que caso os membros da diretoria precisem participar de alguma comissão que as reuniões
23 não sejam às segundas pela manhã. Magali reafirma que as comissões podem usar a sala do
24 CMDCA. Josiani informa que os documentos do conselho estão sob os cuidados da “Secretaria
25 Executiva” e o acesso deve ser feito mediante solicitação à respectiva secretaria e, após o uso,
26 os conselheiros devem devolver. Destacou também que sempre que entenderem a
27 necessidade da presença do “secretário executivo” na reunião das comissões, que seja
28 enviado um e-mail com data e o material necessário, para que o secretário possa se organizar.
29 Cláudio se manifesta indicando a importância das comissões realizarem a transição quando
30 há mudança de composição, ao menos com a presença do coordenador da antiga comissão
31 no início dos trabalhos. Martinha sugere que em cada reunião o CMDCA traga temas para a
32 formação dos conselheiros. Cláudio pondera que os conselhos possuem formatos diferentes
33 de funcionamento; Martinha indica que os conselhos estaduais e federais trabalham com
34 câmaras técnicas, enquanto os conselhos municipais trabalham mais com comissões. Edvaldo
35 Viana traz sua experiência no conselho de saúde, onde as reuniões de comissões contam com
36 a presença de servidores públicos técnicos para que possam tirar as dúvidas, facilitando o
37 trabalho no relato da comissão e posterior envio para a mesa diretora. Martinha indica que
38 caso a plenária entenda ser importante que as comissões compartilhem seus pareceres a



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – 24 de março de 2022 –

39 todos os conselheiros antes de fazerem o relato na plenária isso poderia ocorrer, plenária
40 decide aguardar por estas possíveis mudanças após um maior estudo. **Terceiro ponto de**
41 **pauta:** pesquisa da UNESPAR sobre o protagonismo do CMDCA e Conselho Tutelar na
42 elaboração do orçamento público. Magali sugere que tenhamos um representante da
43 sociedade civil e um não governamental. A plenária pergunta onde serão as reuniões e se há
44 informação da quantidade de encontros, contudo estas informações não constam no ofício. A
45 Conselheira Tutelar Naara informa que o conselho tutelar também recebeu o convite e fez
46 estas mesmas perguntas e o coordenador da pesquisa informou que não havia resposta
47 naquele momento. Martinha sugere que seja levantado os nomes dos interessados em
48 participar e em paralelo enviaremos um ofício solicitando o esclarecimento das dúvidas para
49 envio aos interessados e depois as respostas podem ser direcionadas aos conselheiros para
50 avaliarem se conseguem participar. Cláudio e Gabriela da Sociedade Civil se candidatam e
51 Martinha e Josiani do governamental também. Quarto item que é sobre os relatos das
52 comissões. **Quarto ponto de pauta – Relatos de Comissão: a) Comissão de monitoramento e**
53 **avaliação:** Carol Arfelli informa que os participantes resgataram as informações e fizeram
54 estudos e no primeiro momento se reuniram com a comissão de capacitação, além de
55 enviarem um ofício aos conselhos tutelares para que se manifestem sobre os temas de
56 interesse para uma formação. O ofício está na secretaria executiva para envio; sobre a
57 atualização do sistema SIPIA foi enviado à secretaria executiva ofício para que seja remetido
58 a gestora do programa em Londrina, a Assistente Social Samia, Gerente de Informação da
59 SMAS. Informou também que está agendada para 28/03/2022 uma reunião com os
60 conselheiros tutelares. Ponderou sobre qual é o papel da comissão de monitoramento com
61 relação a outros serviços com registro no CMDCA. O secretário executivo informa que a
62 orientação sobre este tema foi enviada pela secretaria executiva à gestão anterior e que
63 deverá ser revisitada para adequações. Sobre os cartões pontos, que os conselhos tutelares
64 enviam todos os meses ao CMDCA, Carol informa que houve reunião com a Secretaria de
65 Recursos Humanos da prefeitura, mas que a reunião não foi produtiva, que os representantes
66 da secretaria pareceram irritados e não responderam a algumas questões. Carol retoma
67 novamente sobre a necessidade de maior aprofundamento do papel da comissão de
68 monitoramento, visto que existem 77 OSCs cadastradas no CMDCA e estão em quatro
69 integrantes na comissão, mais a Leonice como convidada. A equipe ficou com Edvaldo Viana
70 como coordenador e Carol como relatora. Edvaldo traz seu relato sobre qual a função da
71 comissão, exemplificando a questão da verificação de cartão ponto dos conselheiros tutelares,
72 pois essa seria a função do CMDCA e da comissão, ou do Recursos Humanos da prefeitura.
73 Martinha indica uma possibilidade de haver uma resolução do CMDCA indicando o papel das
74 comissões, visto que nosso regimento está desatualizado. Edvaldo Viana indica possíveis
75 problemas nas escalas de folga do conselho Sul; Martinha indica que não somos conselheiros
76 “pelego” que amortece, precisamos ver o melhor interesse das crianças e adolescentes. Carol
77 informa que faltam informações jurídicas para o monitoramento e orientação aos
78 conselheiros. Conselheira Tutelar Naara destaca que às vezes, as falas da plenária parecem
79 indicar que os conselheiros tutelares são “vagabundos” e não trabalham, o que não é verdade,
80 há muitas contradições na lei, indicando que o órgão conselho tutelar é autônomo, mas os



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – 24 de março de 2022 –

81 conselheiros não. A lei municipal indica que eles são autônomos em Londrina, e que isso
82 precisa ser alterado. Relatou o fato dela ter ficado doente no ano passado, pegou sete dias de
83 atestado e até o dia de hoje não recebeu estes sete dias do INSS, porque o INSS só paga após
84 o décimo sexto dia. Conselheira Tutelar Gabriela informa que teve início em setembro a
85 alteração na lei, e em outubro houve questionamento do ponto, onde o servidor Luís da SMAS
86 fez consulta à PGM de Londrina, mas que até hoje esta resposta não retornou. Como
87 encaminhamento sugerido, o secretário executivo Rodrigo identificará o SEI sobre este
88 assunto e verificará onde se encontra esta consulta e levar para a mesa diretora verificar.
89 Kleber informa que está em Londrina há dez anos no serviço e que possui registro no CMDCA,
90 mas que a comissão de monitoramento e avaliação nunca foi visitar seu serviço. Agora ele
91 entendeu o fluxo, visto haver divergências com relação ao papel desta comissão. Fernanda,
92 Conselheira Tutelar da região norte, indica que será feita reunião com a comissão de
93 monitoramento e indica que deve haver aproximação da comissão com os conselheiros
94 tutelares para entender os processos de folgas e somente após isso trazer na plenária tal
95 assunto. Cláudio indica que a própria legislação dos conselhos tutelares é um tanto confusa,
96 e que os conselheiros de defesa de direitos dificilmente possuem o conhecimento jurídico
97 para trazer maior resolutividade. Martinha sugere que seja identificadas pessoas que tenham
98 o conhecimento para auxiliar na produção deste projeto de lei. **B) Comissão de fundo:** Cláudio,
99 coordenador da comissão, informa que foi realizada a segunda reunião que esteve presente
100 o coordenador da comissão da gestão anterior, Fábio Arijj, que orientou a todos, e ele
101 continua contribuindo com a comissão com informações sobre o banco de projetos; informa
102 que a resolução 68/2017 foi estudada pela comissão, que Fábio participou do processo de
103 informatizar o processo. Salaria que a comissão anterior trabalhou muito, e a atual comissão
104 está montando um fluxo para entender e apresentar como seria o processo para as OSCs se
105 candidatarem ao banco de projeto, o sistema já existe mas ainda necessita de adequações;
106 outro ponto foi a resposta ao vereador Tominaga, que foi efetuada resposta sobre o banco de
107 projetos informando que a atual comissão está trabalhando para regularizar o funcionamento;
108 Claudio trouxe também que a atual comissão ainda está se apropriando das informações para
109 fazerem o plano de 2022 e responder ao Ministério Público pediu sobre o Plano de Aplicação
110 para 2022. Informou também que já foi enviado o calendário das reuniões da comissão à
111 Secretaria Executiva, que ocorrerá quinzenalmente, às sextas. **C) Comissão de cadastro:**
112 Gabriela faz o relato e informa que foram visitar a Associação Londrinense de Circo, na atual
113 casa que desenvolvem acolhimento institucional para crianças e adolescentes; uma casa lar
114 para até dez crianças estarem acolhidas, informa que estava tudo em ordem e que a casa é
115 cedida pelo município de Londrina, e que o parecer da comissão é favorável ao pedido de
116 inscrição. Gabriela indica que há outras OSCs que ainda estão em processo de avaliação, indica
117 que nesta mesma modalidade de acolhimento há o pedido de inscrição da ADRA (Agência
118 Adventista de Desenvolvimento Assistenciais). A conselheira Josiani informa que no início do
119 segundo semestre de 2021 o representante da ADRA esteve com os técnicos da SMAS que os
120 orientou quanto ao serviço de acolhimento, mas que a OSC, após alguns contatos, informou
121 não ter mais interesse em executar este serviço no município de Londrina, mas que em Belo
122 Horizonte a ADRA executa dez casas lares que são exemplo de trabalho naquele município.



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – 24 de março de 2022 –

123 Gabriela indica também que há pedido da Associação Água Pura, mas que como faltam
124 documentos, solicitaram à OSC para posterior análise. Também refere que há solicitação de
125 registro do CREDEQUIA e que a comissão solicitou ao COMAD informações sobre o registro
126 deles naquele conselho. Traz também a solicitação do Instituto Pernas Preciosas, mas que é
127 um pouco confuso, pois consta no formulário vários endereços, Martinha informa que esta
128 OSC trabalha com formação de atletas com deficiência. Conselheiro Paulo pergunta sobre qual
129 serviço o CREDEQUIA solicita inscrição, a conselheira Josiani faz o relato sobre a atuação do
130 CREDEQUIA no município de Londrina que se trata de uma comunidade terapêutica com
131 inscrição no COMAD e que recebe recursos da saúde mental para o trabalho. Paulo indica que
132 essa situação extrapola o cuidado, que esta discussão envolve muitas questões tanto
133 subjetivas quanto objetivas, a reboque da discussão sobre a luta antimanicomial. Núcleo
134 Espírita Irmã Scheila pediu inscrição no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos,
135 mas ainda não iniciou seu trabalho neste serviço. Magali solicita que seja verificado
136 inicialmente a confirmação de inscrição no CMAS, para que o registro ocorra de forma
137 conjunta. Martinha retoma a questão do atendimento da saúde mental no que se refere aos
138 adolescentes envolvidos com o uso de substâncias psicoativas, que o CMDCA deve puxar para
139 cima esta discussão, no intuito de implementar a política, Josiani sugere chamar a secretaria
140 de saúde para trazer informações de como está o atendimento de crianças e adolescentes de
141 saúde mental. Josiani relata sobre a conferência de saúde mental que não pode haver
142 participação de todos os interessados, e Viana informa que o governo federal está
143 constantemente diminuindo o investimento nesta área, indicando o desmonte que reflete no
144 município visto que o governo federal está enviando recurso apenas pelo quantitativo de
145 pessoas com cartão do SUS e não pelo quantitativo total da população. Votação sobre a
146 concessão de registro para a Associação Londrinense de Circo no serviço de acolhimento de
147 crianças e adolescentes, quinze favoráveis, sem nenhuma abstenção ou voto contra. Não
148 havendo mais relatos de comissão, a presidente Magali lembra que a Comissão de Divulgação
149 deve se ater ao dia de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Como é um
150 evento grande, é preciso ter uma certa organização com antecedência. Josiani sugere que a
151 comissão consulte a pasta da comissão que trabalhou no evento de 2019, visto que desde
152 2020 passou a ser a distância por conta da pandemia, e agora em 2022, retornaremos ao
153 presencial. Comissão de Legislação informa que se reunirá na próxima semana, comissão de
154 instrução informou que não recebeu o nome dos conselheiros tutelares que faltavam para a
155 composição. Conselheira Naara informa que a lei indica que a cada processo deveria indicar
156 dois conselheiros tutelares e não dois conselheiros para todos os processos, que isso
157 sobrecarregaria os conselheiros envolvidos. Não havendo mais assuntos a tratar, eu, Josiani
158 Nogueira, na qualidade de Vice-Presidente da Diretoria, lavrei a presente ata, que deverá ser
159 apreciada e aprovada pelos presentes.